



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## INTERPELAÇÃO ESCRITA

Em Dezembro de 2014, antes da mudança de mandato, recebi elementos facultados pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, que revelaram o seguinte: “Desde 2009, o Governo começou a tratar, a ritmo cada vez mais acelerado, os terrenos concedidos mas não aproveitados. A DSSOPT terminou, no prazo legal, o relatório de análise sobre os 48 casos em relação aos quais pode haver lugar a responsabilização. Depois de ouvir os respectivos pareceres jurídicos, foram activados os procedimentos sobre a audiência para a declaração de nulidade da concessão e outros procedimentos legais *a posteriori* relativos a mais de 20 casos” e, “Uma vez comprovada a responsabilização dos concessionários dos respectivos terrenos e declarada a sua nulidade, a decisão será publicada no Boletim Oficial”. Para isto, apresentei, de imediato, uma interpelação escrita em 15 de Dezembro de 2014, sobre a divulgação dos elementos concretos dos terrenos cujo não aproveitamento era imputável aos concessionários. Em 20 de Janeiro de 2015, depois da mudança de mandato, em resposta à referida interpelação e em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, a DSSOPT afirmou que “Para a análise e apuramento da responsabilidade será necessário um período de tempo relativamente mais longo para averiguação se houve atraso por parte da Administração na apreciação do projecto ou se houve necessidade de alteração do plano urbanístico, ou ainda se este facto se deve a decisão comercial do próprio concessionário”. Segundo a resposta do Governo, parece que, depois da mudança de mandato, os respectivos dirigentes ainda estavam a estudar e a determinar os terrenos cujo não aproveitamento era imputável aos concessionários, e não havia ainda uma decisão sobre a exclusão dos terrenos da lista de recuperação.

No passado dia 16 de Fevereiro, apresentei novamente uma interpelação escrita indicando que o Governo não tinha divulgado todos os elementos necessários e que as suas respostas eram ambíguas. Alguns residentes questionaram, junto de deputados à Assembleia Legislativa, se as autoridades



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

teriam a intenção de praticar nepotismo e, à porta fechada, excluir da lista de recuperação os terrenos por aproveitar que estão nas mãos de alguns poderosos, por isso, perguntei directamente ao Governo se ia aproveitar a oportunidade de excluir esses terrenos. Mas o Governo ainda não respondeu a esta interpelação.

Entretanto, no passado dia 17 de Junho, um governante declarou, repentinamente, que tinham sido excluídos 16 terrenos da lista de recuperação dos 48 terrenos cuja não exploração é imputável aos concessionários!

Nessa altura, perguntei-lhe se tinha a ver com a prática de nepotismo e se a exclusão da lista dos terrenos que envolvem alguns poderosos era propositada. Depois de o Secretário para os Transportes e Obras Públicas ter percebido claramente o significado de nepotismo, afirmou que não sabia da matéria! Posteriormente, declarou que a decisão de excluir da lista de recuperação os 16 terrenos cujo desaproveitamento é imputável aos concessionários tinha sido tomada pelo governo anterior.

A exclusão dos terrenos desaproveitados envolve interesses públicos no valor de dezenas de milhares de milhões de patacas. Existem contradições nas declarações do Governo, pois a prática de nepotismo para excluir da lista, de propósito, os terrenos que estão ligados alguns poderosos afecta gravemente a dignidade de governação da RAEM.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Segundo a resposta dada pela DSSOPT à minha interpelação escrita, em 20 de Janeiro de 2015, em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, depois da mudança de mandato, os dirigentes ainda estavam a estudar e a determinar os terrenos cujo não aproveitamento era imputável aos concessionários, e não havia uma decisão sobre a exclusão dos terrenos da lista de recuperação. O Secretário para os Transportes e Obras Públicas declarou que a decisão de excluir da lista



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- de recuperação os 16 terrenos desaproveitados por responsabilidade imputável aos concessionários tinha sido tomada pelo governo anterior. Será que está a esquivar-se às responsabilidades? Ou trata-se de uma ocultação propositada?
2. O Governo deve convidar o ex-Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Io, e o então director da DSSOPT, Jaime Carion, conjuntamente com o actual Secretário Raimundo do Rosário e o actual director Li Canfeng, para dar ao público um esclarecimento sobre a calendarização, critérios e procedimentos da decisão de excluir os 16 terrenos da lista, bem como reavaliar a referida decisão. Vai fazê-lo?
  3. A exclusão dos terrenos desaproveitados da lista envolve interesses públicos no valor de dezenas de milhares de milhões de patacas. A prática de nepotismo, para excluir da lista, de propósito, os terrenos a que estão ligados alguns poderosos, afecta gravemente a dignidade de governação da RAEM. O Governo deve declarar que não permite a prática de nepotismo nem a exclusão da lista de recuperação, à porta fechada, dos terrenos por aproveitar e que estão nas mãos de alguns poderosos. Para isto, deve divulgar junto do público todas as informações sobre os 48 terrenos cujo desaproveitamento é imputável aos concessionários, incluindo as dos 16 terrenos excluídos da lista. Deve ainda esclarecer os critérios que levaram à análise e ao apuramento daqueles terrenos, e corrigir os problemas existentes. Isso tudo vai ser feito?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,**

**Ng Kuok Cheong**

23 de Junho de 2015